

AS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NO JORNAL GAZETA DO POVO

NASCIMENTO, Gabrielli Eulália¹

Dr. PRADO, Gustavo dos Santos²

RESUMO

O indígena luta, desde os tempos de colonização, pelo espaço na sociedade, seja ele econômico ou político, territorial ou cultural. Essa questão não é diferente quando se trata da mídia, cada vez mais excludente, que deixa de lado o índio e decide inserir o grupo em que achar conveniente. Quando se considera a realidade do jornalismo paranaense, encontram-se grandes lacunas e discussões sociais que levam o indígena a ser representado, muitas vezes, de forma marginalizada e explorada, sendo atendido apenas o viés ideológico da Gazeta do Povo, que no caso do artigo apresentado, foi escolhido o jornal paranaense Gazeta do Povo após análise das áreas do jornal que leva a problemática oferecida no artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Indígena, Sociedade, Jornalismo, Gazeta do Povo, Exclusão

1 INTRODUÇÃO

A questão indígena sempre foi alvo de debates. De modo geral, setores da mídia mais de direita ou conservadores possuem a tendência de entrar em atrito com os modos de vida que os índios possuem. A discussão apresentada nos jornais paranaenses, interpreta o índio da forma que ele deveria ser, e não como ele de fato é. Interpretações etnocêntricas são comuns no meio jornalístico.

Outra tendência é não respeitar o direito que os nativos possuem, em que pese que haja um vasto repertório jurídico que contemple os índios. Os avanços do capitalismo vêm como empecilho às tradições indígenas. O Brasil viola os direitos humanos das comunidades indígenas, levando-se em conta que o país é signatário de várias convenções internacionais que reconhecem o direito do índio de viver o seu modo de vida.

A Gazeta do Povo é um jornal que representa a opinião da elite curitibana. Nos últimos anos, o jornal deu uma guinada à direita, por conta dos desdobramentos políticos do Brasil. O jornal possui uma tendência de relativizar a importância da questão das minorias, assim como é ácido com relação aos modos de vida que os

¹ Acadêmica do curso de Jornalismo do Centro Universitário FAG. E-mail: genoliveira@minha.fag.edu.br

² Professor Orientador. E-mail: gspgustavo.historia@hotmail.com

índios do Paraná possuem. O periódico centenário carece de equilíbrio ao tratar a questão do índio, deixando-o em páginas policiais ou distorcendo a cultura do nativo.

Com foco nas tribos Kaingang, Xetá e Guarani, que somam uma população de 26 mil habitantes no Paraná, este artigo busca analisar a representação do índio que o jornal Gazeta do Povo possui. Para tanto, a pesquisa coletou artigos que a Gazeta do Povo produziu nos últimos anos sobre o tema até chegar no ano de 2019, visando rastrear o discurso do jornal diante do quadro político contemporâneo.

O leitor notará que o artigo discute a trajetória indígena no Paraná, bem como na Gazeta do Povo. Também é importante para esta análise o debate sobre o etnocentrismo e as minorias. A perspectiva da análise do discurso perpassa a discussão realizada ao longo da pesquisa.

O texto avança na problematização da representação do índio na Gazeta do Povo, em especial nos temas relacionados à questão da terra e aos atritos entre índios e ruralistas. A pesquisa também analisa periódicos que tratam dos modos de vida dos indígenas. Por fim, atizado pelo intenso debate constante do governo de Jair Bolsonaro sobre essa questão, o trabalho ainda analisa como o periódico repercute o tema, envolvendo o atual governo – ao qual nitidamente está alinhado.

2 OS ÍNDIOS NO PARANÁ, A GAZETA DO POVO, O ETNOCENTRISMO, AS MINORIAS E A ANÁLISE DO DISCURSO

2.1 HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS DOS XETÁ, GUARANI E KAINGANG

Os registros históricos dão conta que a primeira aparição dos indígenas no Paraná se deu há mais de 10 mil anos. Entre 1500 e 1600, o grupo de 200 indígenas vivia na região paranaense. Restou então, as etnias Xetá, Guarani e Kaingang, sendo as duas últimas predominantes no Estado, dentre o total dos mais de 20 mil indígenas no Paraná. O último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2010, apontou uma população de quase 26 mil pessoas que se declara indígena no Estado do Paraná, representando 0,25% da população. Considera-se que a população estimada atual do Estado, com base no censo de 2018, é de mais de 11 milhões de habitantes, e, assim, começa-se a compreender o termo relacionado às minorias e à resistência nesses números tão distantes.

Entende-se que o indígena brasileiro sofre desde a última década a “etnogênese” ou “re-etnização”, perdendo características e tendo que se adequar, por meio de perda da identidade, por pressões políticas, religiosas ou econômicas que afetam seu próprio convívio (LUCIANO, 2006).

A tribo Xetá protagoniza a história de perda de identidade e território de forma truculenta. O grupo teve o território incluído no plano de colonização no norte paranaense, feito pelo governo na década de 1940. Nisso, houve a tentativa de apagar a presença indígena na Serra dos Dourados. Segundo Kozák, tratava-se de uma disputa de interesses das terras às margens do Rio Ivaí, que colocou os Xetá na ponta do extermínio.

A história segue pelos mesmos moldes quando se avalia a situação vivida pelos índios Kaingang. Trata-se da tribo com registros mais antigos no Brasil (MOTA, 2012), tendo surgido no Brasil central.

Os Guarani surgiram por volta de 1838, de acordo os registros (NOELLI, 2000), e seguem até os dias atuais, com a origem no sul da Amazônia. A tribo ocupou bacias e rios do Paraguai, Paraná e Uruguai.

Para Fabrini (2013), os dominantes paranaenses trataram de realocar o indígena como uma dificuldade para o desenvolvimento do Estado, situação esta consolidada com apoio político, colocando obstáculos em sua territorialidade. Lima (2007) pontua que o Estado tenta civilizar o indígena desde os primórdios, direcionando o índio para trabalhos rurais, em seu próprio território.

Os conflitos modernos, relacionados a terras indígenas, tiveram o estopim no fim dos anos 1970, no Paraná. O indígena enfrentava, ali, a desapropriação tanto cultural quanto territorial, que, desde os séculos passados, era registrada por não indígenas ou invadidas por autoridades. Atualmente, são mais de 9 mil reservas indígenas no Estado do Paraná, o que representa mais de 85 mil hectares de terra, distribuída em 17 terras de povos remanescentes das tribos Kaingang, Guarani e Xetá. Dessas 17 demarcações, apenas três pertencem aos Xetá, sendo a grande maioria dominada pelos Guarani e Kaingang.

De acordo com o IBGE de 2010, dos 26 mil habitantes indígenas no Paraná, apenas 11 mil vive nas aldeias oficialmente demarcadas, o que representa um total de 44%.

2.2 A GAZETA DO POVO

Para entender a visão da elite jornalística paranaense, é preciso compreender o histórico da Gazeta do Povo, jornal carro-chefe e influência em grande parte dos veículos de comunicação do Estado do Paraná. O jornal surgiu em Curitiba, em 1919, nas mãos dos advogados Benjamim Lins e Oscar Joseph de Plácido e Silva. O jornal, em seu início, baseava-se nos interesses da sociedade curitibana.

Miège (1999) classifica o jornal Gazeta do Povo na segunda parte de constituição de jornais, na imprensa comercial, organizada em bases industriais, priorizando a publicidade e ligada à democracia parlamentar. Santos (2011) relata que o jornal se declarava com defesa de interesses da sociedade, como um veículo imparcial.

O jornal teve sua primeira edição em fevereiro de 1919, completando mais de 100 anos de presença jornalística no Paraná, a partir da elite curitibana. Para Genro Filho (2012), o jornalismo é o instrumento particular de dominação burguesa, sendo manipulado por interesses da classe dominante. Para van Dijk (2008), assim como os meios de comunicação dominantes, a Gazeta do Povo tende a determinar o padrão de veículos de comunicação paranaenses, o jornalismo tem o papel de decidir fontes de informação e produtos que tendem a ter destaque, e o que será aceito na sociedade.

Desde o início, Benjamim Lins, um dos fundadores do jornal, frisava que a Gazeta do Povo não pertencia a nenhum grupo político do Paraná na década de 1920. A partir de seu surgimento, o jornal passou a ser espelho da sociedade curitibana e, conseqüentemente, a sociedade reproduziria o que era veiculado em suas páginas. Como apontam Borges e Borges (2012), a mídia costuma instituir padrões de operação, induzindo vestimentas, falas, e conduzindo as formas de produção midiática, como a escrita, fotografia, filmagem, fazendo com que o indivíduo seja diretamente afetado pelo que é construído pela mídia.

Este jornal, como já declarou o seu diretor em boletim profusamente distribuído, é um jornal imparcial. Destina-se à defesa dos interesses gerais da sociedade, a chamar a atenção de todos e de cada um para os assuntos que, direta, ou indiretamente, nos interessam (GAZETA DO POVO, 3 fev. 1919, p. 2 *apud* SANTOS, 2011, p. 27).

O jornal pertenceu a Cunha Pereira e Lemanski, já na década de 1960. Nos anos atuais, é um dos produtos que compõe O Grupo Rede Paranaense de Comunicação, GRPCOM, o atual maior grupo de comunicação do Paraná. Integram o grupo: Gazeta do Povo, Tribuna, 98FM, Mundo Livre FM, RPC, com oito emissoras afiliadas à Rede Globo. A fusão dos veículos aconteceu nos anos 2000, com a criação da RPC (GRPCOM, s.d.).

Atualmente, o jornal Gazeta do Povo é o 4º jornal mais acessado do Brasil, sendo o mais consultado no mês das eleições presidenciais que aconteceram em outubro de 2018. De acordo com as informações de mídia do site da Gazeta do Povo, tem mais de 17 milhões de visitantes únicos e 58 milhões de páginas vistas mensalmente. A audiência da Gazeta do Povo tem 87% de consumo externo, ou seja, de fora do Paraná. Em Curitiba, são mais de 1.6 milhões de visitantes. Do total de acessos, 76% são realizados via mobile, fazendo a Gazeta do Povo estar na palma da mão do seu espectador. O público atual da Gazeta do Povo é maduro e de faixa etária de movimentação e decisão econômica. Cerca de 46% dos leitores do jornal possuem entre 35 e 54 anos; 27% têm entre 18 e 24; 26% dos leitores têm entre 25 e 34 anos; e apenas 0,6% de leitores possuem mais de 60 anos.

A Gazeta do Povo tem o perfil da elite curitibana também no consumo direto. O público especificado do jornal representa 83% de classe A/B, enquanto a classe C representa apenas 17% do total, excluindo as outras classes inferiores. Os leitores do sexo masculino são 58%, enquanto o público feminino representa 42%. O leitor também já passou pelos bancos universitários, demonstrando uma porcentagem de 55% de graduados, e 45% não graduados. Para Maigret (2010), meios de comunicação, tais como a Gazeta do Povo, sustentam as sociedades democráticas, com a troca de informação entre povos e culturas distintas.

Já Genro Filho (2012) apresenta o pensamento de que o jornalismo é uma forma de dominação burguesa particular, com o conteúdo manipulado que segue interesses da classe dominadora, explicando, inclusive, um padrão curioso de classes economicamente dominantes em deter propriedade de meios de comunicação, como rádios, revistas e emissoras de televisão. Os meios de comunicação têm um papel que vai além dos temas de importância e influência aos cidadãos (MCCOMBS; SHAWY, 1972).

É possível entender, com base no perfil do consumidor curitibano da Gazeta do Povo, a visão que o jornal tem do indígena do Paraná, de acordo com o conceito

de Roberts (1972), que explica que a mídia, com o conteúdo, é capaz de estruturar uma imagem de realidade social e dar destaque para a imagem que escolhe, sustentando suas crenças e opiniões.

Mantendo o posicionamento do jornal, a Gazeta do Povo sempre seguiu a postura de atrelamento aos poderes políticos do Estado, evitando debate político e sem confrontos. O artigo de Rafael Moro Martins, de 2018, dissecou o jornal curitibano de forma que mostra como a Gazeta do Povo serviu como “escada” para a direita brasileira nas eleições presidenciais de 2018. O autor do artigo aponta o fato de o jornal sempre ter possuído o perfil conservador, e, assim, ter rompido barreiras de Curitiba.

Como exemplo, o autor utiliza artigos da Gazeta do Povo de crítica ao comportamento homossexual e liberalismo econômico, pautas recorrentes da direita brasileira, que atende aos interesses da maioria do perfil de consumidores da Gazeta do Povo. O perfil não cessa nos leitores, e sim no topo da pirâmide do grupo que compõe a Gazeta do Povo. Martins (2019) exemplifica a influência conservadora no jornal, por meio da entrevista com Guilherme Döring Cunha Pereira, atual presidente do GRPCOM e proprietário das afiliadas da TV Globo no Paraná.

[O conservadorismo adotado pela Gazeta] Tem uma ressonância com parte importante da população brasileira, que não encontrava outros veículos com idêntico posicionamento. A gente percebeu que isso é uma riqueza também do ponto de vista estratégico, e montou toda uma estratégia em que o posicionamento [conservador] adquiriu status especial. Ele é um direcionador estratégico muito importante (THE INTERCEPT, 2018).

Outra característica apontada por Martins (2018) é o time de colunistas da Gazeta do Povo, que estão todos alinhados à direita. Outro ponto que expressa o conservadorismo do Jornal, e que foi apontado pelo autor, é o chamado “Monitor da Doutrinação”, que foi colocado no site do jornal, como forma de pais e mães enviarem vídeos que provassem que professores estariam “doutrinando” alunos com relação a posicionamentos de esquerda. A coluna permaneceu durante quatro dias no ar, por problemas com sindicatos, educadores e empresários.

Durante as eleições, a coluna “Sempre Família”, criada por Cunha Pereira, teve a oportunidade de colocar no ar um adicional chamado “Vota, Família”, que usou de ilustração a foto de uma família modelo de pessoas brancas, olhos claros, e indicava candidatos e partidos que possuíam temas morais e pertinentes à família.

Dessa forma, a Gazeta do Povo deixa claro o posicionamento conservador que estampa suas páginas e, em contrapartida, oferece ao leitor de perfil elitista curitibano o consumo sócio-político que procura.

2.3 A QUESTÃO DO OUTRO: ETNOCENTRISMO

Quando se questiona sobre a presença do povo indígena e suas necessidades na mídia, colocam-se em pauta questões sociais e culturais que levam à exclusão de determinado grupo pelo dominante por meio do etnocentrismo. Em uma visão ampla, as minorias têm por si só a trajetória de resistência que, na maioria dos casos, é abafada pela influência etnocêntrica nas sociedades atuais. Meneses (2000) conceitua etnocentrismo como o preconceito que cada sociedade e cultura produz, e aplica valores e normas em seus membros, fazendo com que a forma do outro seja errada à medida em que a sua seja a certa.

Para Rocha (1984), o etnocentrismo é a visão do mundo em que o nosso grupo é o centro das coisas, e os outros são vistos e sentidos por meio dos valores pessoais. O etnocentrismo ainda traz a questão do eu e do outro, que causa o choque cultural, e não se trata de apenas uma sociedade. O autor traz, para a realidade do tema, a relação do etnocentrismo com o índio no Brasil, que representa o conceito. O indígena sofre de estereótipos, é tratado como selvagem, pré-histórico, por meio da visão dos colonizadores, além da catequização do povo.

O primeiro papel que o índio representa é no capítulo do descobrimento. Ali, ele aparece como “selvagem”, “primitivo”, “pré-histórico”, “antropófago”, etc. Isto era para mostrar o quanto os portugueses colonizadores eram “superiores” e “civilizados” (ROCHA, 1984, p. 9).

A Gazeta do Povo está inserida no cenário do jornalismo, em classe consumidora de elite, com origem na capital paranaense, Curitiba, no século XX. Torna-se inevitável pontuar a presença eurocentrista na sociedade paranaense, que, com facilidade, afasta minorias, como indígenas e negros, não sendo diferente nos veículos de imprensa, que ditam o que é consumido pelo povo.

O jornal consegue, por meio de sua própria visão etnocentrista, determinar o local de fala do índio, considerando-o inferior. Isso acontece devido ao uso da própria visão de mundo do jornal, que acaba por delimitar e delegar espaços sociais,

sem, muitas vezes, compreender de fato o povo que exclui. Cashmore (2000) explica o fenômeno de pertencimento territorial dos indígenas no Paraná, por meio do conceito de etnocentrismo.

O autor exemplifica que a privação material é um fator de construção étnica por meio de pertencimento. As etnias passam as barreiras raciais e, por meio da diferença cultural, deparam-se com distinções de dominação política e econômica. Uma vez que o indígena é posto ao lado da vilania pela imprensa, por lutas de território, mostrando o favorecimento ao latifúndio e classe dominante por parte da mídia, é possível retornar ao conceito de Cashmore (2000), que aplica o etnocentrismo como elemento político, vindo da sociedade dominante.

Todorov, na obra “A Conquista da América: A questão do Outro”, volta, assim como Cashmore (2000), ao núcleo indígena, e consegue, assim, por meio da conquista dos colonizadores no Brasil, aplicar um conceito do etnocentrismo na prática.

Podemos observar aqui como as crenças de Colombo influenciam suas interpretações. Ele não se preocupa em entender melhor as palavras dos que se dirigem a ele, pois já sabe que encontrara ciclopes, homens com cauda e Amazonas (TODOROV, 1983, p. 17).

No capítulo, o autor se preocupa em mostrar que, apesar de Colombo estar em frente à realidade, seus preceitos definem o que, para ele, será o povo que encontra ali, uma vez que, em sua própria cultura, não se importa em compreender o outro povo que habitava o território e do qual tomaria a terra.

Aproximando isso à realidade atual, o homem da classe dominante também não se preocupa em entender a cultura do que é considerado diferente, ou dos grupos conhecidos como minoria, assim como Colombo, ao se deparar com o povo que não conhecia, de fato, já havia construído a imagem de acordo com suas crenças e fatores sociais.

Dessa forma, se a mídia determina o que é consumido por meio de interesses políticos, econômicos e sociais, na mesma linha, o consumidor determina, por meio de sua formação de caráter social, o que deve ser aceito como consumo, transformando o ciclo mídia-consumidor-consumidor-mídia no ponto explicativo que coloca a Gazeta do Povo em xeque com seus interesses, a partir do seu público, e a falta da compreensão do papel do indígena no Paraná.

2.4 AS MINORIAS E A EXCLUSÃO NO JORNALISMO

Quando se analisa o papel do indígena nas páginas da Gazeta do Povo, compreende-se também o cenário em que o índio está inserido e os motivos que levam esse grupo a estar em posição de menor relevância para um veículo de comunicação. Van Dijk (2008) explica que grupos sociais considerados minorias são apresentados de forma diferente dos grupos dominantes, afirmando que há uma homogeneização de representação.

Rifiotis (2006) entende as minorias como grupos que podem, em certas circunstâncias, perder a própria identidade por serem inseridos em um cenário em que são vitimizados por processos de controle e homogeneização. Sodré (2005) já enxerga as minorias em quantidade, por representar o menos ou menor. Com relação à visão política, o autor compreende que a democracia é o regime de minorias, sendo o único campo em que podem ser ouvidas. O sociólogo Mendes Chaves (1971) explica o conceito de minoria em duas partes: o grupo que, dentro das relações sociais, está em situação de desvantagem ou dependência de outro grupo dominante ou majoritário. Além disso, as minorias também se encaixam por grupos raciais ou étnicos, que se encontram em situação de menor quantidade perante uma maioria em um Estado.

Silverstone (2005) então conceitua que a representação é o fenômeno ideológico, observado no jornalismo e em quem o produz, o jornalista, sendo o mundo apresentado como um reflexo, repetida e interminavelmente pela mídia.

O conceito de ambos os autores explica como o jornalista detém o papel de escolha da representação midiática, e, uma vez que não enxergue uma minoria, passará a reproduzir a forma como o veículo de comunicação entende que seja necessário, ou não, a presença de grupos minoritários. Melhem Adas (1998) aponta que a sociedade dominante em que a mídia está inserida tem uma visão preconceituosa, que acaba por reproduzir a maneira como o leitor consome o jornalismo, criando um ciclo de exclusão de minorias, que inclui, além dos indígenas, também negros, jovens, população carcerária e todo o público LGBTQ+.

A partir da Gazeta do Povo, entende-se que o jornalista utiliza as páginas às quais tem acesso para formação de opinião, para também determinar os grupos de destaque. A abordagem dedicada aos indígenas, em sua maioria, não apenas no

jornal paranaense, demonstra que são considerados grupo prioritário para a mídia, uma vez que não é fator determinante econômico ou social na visão do jornalismo excludente.

Os meios de comunicação de massa são a grande fonte de difusão e legitimação dos rótulos, colaborando decisivamente, deste modo, para a disseminação de pânico morais (FREIRE FILHO, 2004, p. 60).

Bourdieu (1978) entende que a exclusão vinda da mídia é construída por meio da linguagem exigida pelo campo político, que está a passos da linguagem dos grupos dominados, aqueles que não conseguem ser ouvidos no campo político, produzindo uma espécie de apagamento de minorias.

2.5 ESCRITA, LEITURA E ANÁLISE DO DISCURSO

Dentro do entendimento do jornal Gazeta do Povo, existe o universo que inclui a linguagem e o discurso utilizados pelo veículo de comunicação. Toda mídia possui seu tipo de linguagem, que acaba por construir o discurso que o receptor, no caso o consumidor, tende a receber e formar uma imagem sobre determinado assunto. Toda produção ou linguagem é considerada um discurso. A análise do discurso se insere no objetivo político, enquanto a linguística se relaciona aos meios de abordar a política (MUSSALIM, 2012). Para a autora, a língua não é só apreendida na relação com o mundo, mas na estrutura interna de um sistema autônomo.

A fim de discutir o discurso apresentado pela Gazeta do Povo em relação às minorias indígenas, entende-se, a partir de estudos de Gregolin (1995), que o objeto se refere a um suporte abstrato, que inclui vários textos inseridos em uma sociedade. Por meio da análise do discurso, é possível examinar, internamente, o que o texto quer dizer, a maneira como é dita, e, para o mundo, por que o texto diz o que quer dizer.

A autora pontua que a análise do discurso procura abordar a relação do campo da língua e da sociedade, que dialoga com pontos ideológicos, representando o que pode ser dito em certa época, em certa sociedade.

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em

cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAHKTIN, 2010, p. 262).

Compreende-se que, na semiótica, o texto não é restringido apenas à linguagem escrita, o que permite, a partir do protagonista, compreender o “de quem/para quem” de cada texto. A semiótica tem o interesse no parecer do sentido, e se é compreendida por linguagem e discursos que manifestam.

A semiótica, para Matte e Lara (2007), pode ainda ser vista como uma abordagem que procura relativizar o sentido, que está incompleto ou pendente no discurso. Ainda, a semiótica procura compreender os mecanismos que constroem o texto, buscando entender o que o texto diz, como diz, como faz para dizer, e entendendo o contexto em que está inserido.

Dessa forma, é possível entender o papel da Gazeta do Povo como formador do discurso. A partir de Foucault (1996), é enxergado o panorama que, uma vez que o jornal produz o conteúdo, a partir de sua visão, seja excludente ou etnocentrista, o que o consumidor recebe é tomado como a verdade construída pelo jornalismo. O autor explica que o que é tido como verdadeiro, dependendo de por quem e quando for dito, não pode ser considerado como a verdade absoluta, que é imposta pelos dominantes.

O discurso faz parte ainda da materialidade ideológica, de acordo com Gregolin (1995), fazendo sentido apenas para o sujeito que se reconhece dentro da formação do discurso, assim como o consumidor do jornal, que compreende o discurso que é passado por meio dos textos da Gazeta do Povo, uma vez que está inserido em uma formação social que casa com o formato discursivo do jornal curitibano, e atende as necessidades de representação do discurso que é buscado pelo leitor.

Nas notícias de jornal é comum que o enunciador procure construir o efeito de objetividade e, para isso, mantém a enunciação afastada do discurso, como garantia de sua “imparcialidade”. Os recursos utilizados são o uso da 3ª pessoa, no tempo do “então” e no espaço do “lá”, e o uso do discurso direto para garantir a verdade (GREGOLIN, 1995, p. 19).

A autora pontua que o discurso jornalístico utiliza imagens que não abrem espaço para questionamentos ou não aceitação, o que entra nos pontos de elemento da análise do discurso.

3.1 AS REPRESENTAÇÕES INDÍGENAS NO JORNAL GAZETA DO POVO: ÍNDIOS X RURALISTAS – MODOS DE VIDA E O DEBATE POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

Para iniciar a análise da linguagem e a visão do jornal Gazeta do Povo perante o indígena paranaense, foram selecionadas matérias no intervalo de 2014 a 2019, nas quais os índios são os protagonistas, e episódios noticiados no jornal paranaense.

A matéria “Tensão entre índios e ruralistas” (GAZETA DO POVO, 2013) apresenta como linha fina “Reserva indígena convive com o temor no Oeste do estado. Novo estopim foi a instalação de posto da Funai em Guaíra”.

No artigo, veiculado em parceria com a Folha Press, agência do grupo Folha, parceria da Gazeta do Povo, o indígena já entra em destaque mais uma vez, em alguma forma de embate com fazendeiros e ruralistas. A partir da visualização da maneira como o jornal apresenta o índio em suas manchetes, fica evidente a vilanização do grupo. A frase “No Paraná, índios e fazendeiros trocam acusações de vandalismo e intimidação” abre o tópico de “acusações” do artigo.

Em construção da notícia, o produto aparece equilibrado ao mostrar, em critério jornalístico, ambos os lados.

O convívio entre índios e proprietários rurais no Oeste do Paraná, onde a demarcação de reservas indígenas foi interrompida a pedido da Casa Civil na semana passada, tem sido marcado pela hostilidade. A situação se agravou do fim do ano passado para cá, quando um posto da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi instalado em Guaíra, na fronteira com o Paraguai, e os produtores rurais passaram a se organizar para reivindicar a reintegração de posse de áreas invadidas (GAZETA DO POVO, 2013)

Porém, ao replicarem apenas a resposta do indigenista citado no artigo, Edívio Battistelli, a voz do índio, já pouco explorada na mídia paranaense, fica nas mãos de um representante de órgãos da causa indígena, enquanto o chamado “outro lado” é apresentado pela esfera política, por meio do, na época, prefeito de Guaíra, Fabian Vendruscolo, a citação de Gleisi Hoffmann, que em 2013 assumiu o cargo de ministra-chefe da Casa Civil e o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Guaíra, Silvanir Rosset.

“Aquela região é historicamente indígena. E nenhum índio saiu porque quis, todos foram compelidos a deixar esses lugares, comenta o indigenista Edívio Battistelli. Para eles, os índios é que têm sido intimidados” (GAZETA DO POVO, 2013). Na última frase, após a abertura da fala do indigenista, a Gazeta do Povo põe em prova a situação do indígena, já utilizando a fala de um representante do “lado” indígena, reforçando que, “para os indígenas”, o grupo tem sido intimidado. Segundo a revista Famecos (2003, p. 113), “deve-se noticiar com precisão; o texto deve ir direto ao tema; jornalistas devem informar, mas nem devem opinar; é preciso ouvir os dois lados de uma questão”.

Uma vez que a Gazeta do Povo limita o indígena apenas às questões marginalizadas ou de invasão, ela adentra um campo de estereótipos de minorias. A notícia precisa ser veiculada, mas é necessário que se compreenda o cenário do suposto conflito entre indígenas e ruralistas, que envolve questões políticas, sociais e econômicas, não sendo possível reduzir o índio apenas àquele que invade ou destrói. Barthes (1956) explica que o estereótipo reduz as características de um povo ou raça, gênero e classe social, além de traços de personalidade, linguagem verbal e objetivos, e determina um papel na organização do senso comum.

O índio é, mais uma vez, silenciado ou posto com a sua minoria, que é independente da esfera em que se encontra a notícia.

A matéria “Índios ocupam propriedade e deixam clima tenso em Laranjeiras do Sul” (GAZETA DO POVO, 2015) segue o mesmo padrão de reportagem da Gazeta do Povo sobre conflitos entre indígenas e latifundiários. A linha fina traz “A tensão entre índios e fazendeiros nas comunidades de Passo Liso e Boa Vista, em Laranjeiras do Sul, Centro-Oeste, tem se acentuado desde o último fim de semana”. Nesse artigo, escrito para um especial da Gazeta do Povo, de Cascavel, com autoria de Luiz Carlos da Cruz, fica mais explícito o papel de vilania do indígena, já na manchete do material.

Ao final da matéria, é citado que a reportagem não conseguiu contato com o cacique da aldeia, ou com representantes da Funai, tendo em vista que toda a produção foi focada no “terror” dos fazendeiros após a ocupação dos indígenas. O ponto principal da matéria explicitou a intenção tendenciosa de mostrar apenas a “tragédia” de famílias ruralistas, que saíram de suas casas, e até utilizam a palavra “desespero” nas entrevistas.

O fazendeiro Otomar Civa conta que muitos proprietários fugiram e abandonaram suas casas. “Eu vi muito desespero, vi lágrimas escorrendo em homens de 50 anos”, relata. Segundo ele, os índios disseram que se as famílias não deixassem suas casas até as 16 horas, eles iriam expulsar os moradores e ameaçaram atear fogo em imóveis (GAZETA DO POVO, 2015).

Ainda que, sob critérios jornalísticos, as fontes de fazendeiros ou latifundiários de forma alguma deveriam ser ignoradas, um contexto mais amplo e aprofundado deveria ser abordado para que, aqueles que lessem a matéria, entendessem o que acontecia com o povo indígena em Laranjeiras do Sul. Em três entrevistas construídas dentro da matéria, a palavra “terrorismo” é citada de formas diferentes, deixando mais uma vez o índio em último lugar, de forma marginalizada e sendo atacado pela mídia.

“Tem famílias escondidas no meio do mato”, relata. Os índios usam troncos de árvores para bloquear o acesso às propriedades. Civa, que possui uma propriedade em Passo Liso desde 1980, conta que três casas foram invadidas pelos indígenas (GAZETA DO POVO, 2015).

Freire Filho (2004) destaca que os meios de comunicação de massa são a fonte de difusão e legitimação de rótulos e colaboram decisivamente para a disseminação dos chamados “pânicos morais”.

O pânico moral é constituído, uma vez que o indígena não tem espaço para mostrar o seu lado, o motivo das invasões ou a ausência do Estado com relação à carência do grupo, e, assim, é imposto, pelo discurso do jornal para o consumidor, que o índio está ali para instaurar o terror por meios das invasões e tensões, como a própria manchete do jornal aborda, chamando a atenção para duas matérias com intervalos de dois anos, que usam índio e tensão na mesma frase, como chamariz da reportagem.

Na reportagem “Agricultores pedem revogação de estudo que delimita área indígena no Paraná” (GAZETA DO POVO, 2018), foi analisada, em caráter comparativo, a abordagem pela qual o agricultor é apresentado no jornalismo em contraponto com a forma como o índio é apresentado.

A forma como o índio é destacado em matérias em que aparece como protagonista de alguma luta ou reivindicação é quase em sua maioria de forma marginalizada ou vitimizada, na Gazeta do Povo, de forma que passa a impressão de agressividade. Quando se fala dos índios, utilizam-se vocábulos como “tentam”,

“tensão”, “ocupam”, “combatem”; já para os agricultores, aparecem os vocábulos “pedem”, “revogam”.

A linha fina explica: “Documento identifica 24 mil hectares de terras em Altônia, Guaíra e Terra Roxa para criação de reserva indígena, mas que são ocupadas há anos por produtores rurais”. No início da matéria, os agricultores já são citados como “algumas das principais entidades ligadas ao setor do agronegócio paranaense”, em que há novamente um clássico embate entre indígenas e agricultores, mas que, na abordagem da manchete e toda a produção da Gazeta do Povo, é apresentada como uma proposta.

Algumas das principais entidades ligadas ao setor do agronegócio paranaense encaminharam nesta segunda-feira (15) uma carta ao presidente Michel Temer pedindo a revogação de um despacho da Fundação Nacional do Índio (Funai) que aprova a identificação da Terra Indígena Tekohá Guasu Guavirá, de ocupação tradicional do povo Avá-Guarani, localizada nos municípios de Altônia, Guaíra e Terra Roxa, na região Oeste do Paraná (GAZETA DO POVO, 2018).

A forma como a matéria cita a Funai e como o órgão não sabe a quantidade de indígenas existentes na região, baseada no relato do gerente jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná também diminui a fala da representação indígena na matéria.

Mais uma vez abordando a teoria do pânico social ou moral, de acordo com Becker (1963), é possível entender a maneira como os agentes de controle social ou empreendedores morais fabricam o comportamento desviante, que tratam de imputar o que é de relevância ou aceitação, colocando o agricultor e ruralista acima do que seria o local do indígena e conseqüentemente criando um ciclo vicioso, em que o papel do índio é pré-estabelecido pelo meio de comunicação, que compreende que o ruralista é a vítima, ainda que não seja explicitado nas matérias, e sim feita por meio do espaço que é aberto para o produtor rural latifundiário e não é dado nas mesmas proporções para o indígena, como é possível comparar nas demais matérias analisadas.

3.2 OS MODOS DE VIDA

Outro âmbito explorado pela Gazeta do Povo é a cultura do índio paranaense. O grupo, em muitas das produções, é colocado como sobrevivente em

meio ao restante da sociedade, e buscam artifícios para manter a identidade, como é explorado na matéria “Índios urbanos tentam manter cultura” (GAZETA DO POVO, 2012), encaixada na categoria Diversidade, escrita por Aline Peres. Na matéria, é imposta a forma como a Gazeta do Povo reafirma a necessidade de o indígena ser representado como um povo que precisa manter algo, tendo em vista os problemas de representação social do índio no Paraná.

Ainda que a matéria tenha utilizado como conteúdo a forma como a comunidade indígena da Kakané Porã encontrou para tentar “garantir a sobrevivência da comunidade”, como citado no próprio texto, a maneira como a produção é destacada já coloca o indígena em um papel inferior, tendo o jornal um leque de opções para posicionar o grupo e destacar o projeto, que de fato era o conteúdo da matéria: o projeto de turismo etnográfico para vendas de artesanato, oficinas, e museu de representação dos Xetá, Guarani e Kaingang, que forma o grupo dos Kakané Porã, primeira aldeia urbana da Região Sul e a terceira do país.

Longe das aldeias e do habitat de seus ancestrais, os índios que hoje vivem em Curitiba se espalham por 72 dos 75 bairros existentes. Com uma população estimada em 2.693 pessoas pelo IBGE, os indígenas representam pouco mais de 0,15% dos 1,7 milhão de moradores da capital. Dispersos no meio urbano, os índios estão mais concentrados na Cidade Industrial (318), Sítio Cercado (238), Cajuru (152), Campo do Santana (133) e Alto Boqueirão (114). Para o líder kaingangue Alcino Kakupri, esses dados são exemplo de que o índio é “um estrangeiro em sua própria terra” (GAZETA DO POVO, 2012).

Diferentemente das matérias em que o indígena aparece marginalizado, neste artigo são escutados os personagens indígenas pela necessidade de destacar pontos da cultura que apenas o povo poderia repassar. Os dados indicam a plena situação de minoria do indígena, como Rifiotis (2006) destaca que, nesse ambiente, o grupo corre risco de perda da identidade.

Para Alcino Kakupri, uma das lideranças kaingangue, o local será o primeiro parque urbano administrado e gerido totalmente por índios. Para Kakupri, esse é um sonho dos líderes e da comunidade para relembrar a cultura ancestral e oferecer um espaço de convívio entre índios e não-índios. “Será mais um ponto turístico de Curitiba. Em 366 anos, o município não criou nada especificamente para o índio. Só moradia não garante a sustentabilidade da cultura”. Atualmente, o documento está em análise na Coordenação de Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (GAZETA DO POVO, 2012).

Nesse trecho, destaca-se o problema principal do índio paranaense, que é a falta do assistencialismo do Estado com relação ao grupo e abandono social, além dos problemas com moradia, o que acaba contrastando com o restante de matérias que aborda. Outro ponto encontrado na matéria se refere ao fato de, apesar de buscar a intenção do projeto na tentativa da inclusão do indígena, é destacada a criação de um “workshop” dentro do projeto. “No projeto está previsto a construção de ocas (moradias indígenas), espaços para a venda de artesanato, realização de oficinas e workshops, a construção de um museu com a representação das três nações, mostra de remédios naturais, criadouro de animais silvestres, mostra de caça e apresentações de dança. A palavra “workshop”, utilizada como termo no contexto da matéria, já foge das diretrizes do mundo indígena, uma vez que a palavra poderia ser substituída pelo equivalente “oficina”, em português, que é basicamente repetida na mesma frase, tornando o uso de “workshop” uma busca de sofisticar, de alguma forma, os eventos que integrariam o projeto indígena.

Workshop também remete a evento que reúne e traz pessoas que têm um tema em comum, mas ainda assim não foge do âmbito de oficina, e destaca a problemática da localização da palavra no contexto, além de usar a cultura do índio como exposição comercial. Outro problema encontrado no trecho é como o jornalista utiliza o termo “nação” para se referir aos povos indígenas ali retratados.

Nação vem de comunidade em território demarcado, ainda que Maluf (2003) defina o conceito como uma realidade sociológica que envolve idioma, território e tradições em comum, e que agrupa o conceito de etnias, provocando uma sensação de afastamento da realidade do não-índio, uma vez que a matéria trata de resgate e tentativa de manter uma cultura.

Outra matéria inserida no Editorial Inclusão, “Índios combatem o preconceito” (GAZETA DO POVO, 2011), escrita por Bruna Maestri Walter, em sua linha fina, explica que indígenas da tribo Kaingang procuram emprego e alguns frequentam a faculdade. A matéria pincela, inicialmente, a história da tribo, a fim de que o leitor possa compreender do que se trata, incluindo língua, crença e moradia. O cacique Valdir José Kokoj é o entrevistado principal da matéria, que inicia o conteúdo sob a pergunta de se “existe preconceito contra o índio”.

“Temos mais de 20 índios com ensino superior”, diz. “Vários produzindo fogões que são mandados para outros países”, acrescenta. “Hoje os índios têm Sky [TV a cabo] e querem assistir aos programas”, amplia a resposta,

completando que muitos “brancos ainda não veem os índios como cidadãos”.(GAZETA DO POVO, 2011).

A matéria foi desenvolvida na área entre os municípios de Manguinhos, Chopinzinho e Coronel Vivida. Ainda que a produção consiga expor o papel de profissionais que exemplificam a exclusão do indígena, em especial a tribo em destaque na matéria, a abordagem feita na linguagem da manchete, deixando para trás o destaque das conquistas indígenas, e colocando como ponto principal apenas a luta contra o preconceito, que é reconhecido pelo próprio povo indígena, o jornal inverte a intenção da matéria – que seria de explorar as conquistas profissionais e acadêmicas de indígenas da região – causando, para o leitor, a primeira impressão de apenas mais uma luta ou forma do índio de se reestabelecer no Estado em que é excluído.

Isso acaba se tornando repetitivo, pois, uma vez que se comparam matérias da Gazeta do Povo em que são abordadas temáticas referentes ao indígena, elas sempre giram em torno do mundo da luta, resistência, tentativa de permanência ou situação conflituosa. Assim, retorna-se a Genro Filho (2012), que possibilita uma compreensão da forma fiel de retratar o indígena no jornal paranaense, agradando à classe dominadora e seguindo os interesses de consumo.

Se essa é a forma como a Gazeta do Povo vê o índio, é a partir dessa visão que seu discurso será reproduzido, a fim de entregar o jornalismo na forma pura, de maneira que não fira os interesses da classe e do perfil do veículo de comunicação. A manchete dessa matéria poderia, inclusive, destacar o número de indígenas com curso superior e as conquistas acadêmicas mencionadas pelo cacique, mas inverte, dando destaque ao preconceito vivido pelo indígena, o que é quase claro para o leitor do jornal, que acompanha o teor das matérias que são publicadas pelo jornal e usam o indígena como ponto de partida.

A matéria destaca a tribo escolhida, os Kaingang, da maneira devida, mas utiliza elementos “caricatos” para a definição do povo, com base nas informações do professor Ricardo Cid Fernandes, ao destacar: “Arte e cultura: Fazem trançados de taquara, que reproduzem aspectos da cosmologia. Nas danças, reproduzem movimentos dos animais”. Uma vez que a matéria deveria abordar a modernidade e a liberdade trabalhista, e a educação do índio, elencar características da tribo dessa forma arrisca um passo para trás em relação à intenção da reportagem.

Em contrapartida, um dos pontos abordados na matéria é a entrevista com o professor de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, que destaca os problemas sociais do indígena, pouco explorados pelo jornal, ainda que, na própria matéria, por outro lado, seja mostrado exatamente o processo de civilização mencionado, por meio do trabalho e educação do indígena, que aproxima o povo cada vez mais dos aspectos do “branco”. Tendo acesso a estudo, salário, emprego, o índio, em vista da sociedade, deixa de ser o selvagem, como citado por Rocha (1984), e fica mais próximo da civilização. Segundo Fernandes, a situação dos índios tem de ser analisada levando-se em conta aspectos econômicos, políticos e sociais.

No caso dos Kaingang, ingressam na história como frente pacificadora no processo de tensão entre o índio arredio e o branco, vivendo até hoje esse dilema do processo civilizatório, aponta Fernandes. O professor explica que hoje os índios se colocam em uma perspectiva de alcançar espaços na sociedade e se manifestar.

3.3 O DEBATE POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

O indígena também é pauta dentro do cenário político da Gazeta do Povo. A matéria que se encontra na editoria “política indigenista”, leva o título de “Bolsonaro levantou a discussão: os índios têm muita terra no Brasil?” (GAZETA DO POVO, 2018). No início da reportagem, escrita por Fernando Martins, consta o histórico do indígena brasileiro, desviando do cenário apenas do índio paranaense. O questionamento do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), trouxe o fio da meada da matéria do colunista. A matéria já anuncia “A escassa presença humana numa área tão grande – em média, um índio para pouco mais de dois quilômetros quadrados – vira arma no discurso de quem acredita que há terras indígenas demais no Brasil. Mas será isso mesmo? Há argumentos favoráveis a ambos os lados, inclusive de quem defende que eles ocupem grandes extensões territoriais” (GAZETA DO POVO, 2018).

A matéria apresenta a fala do presidente, que afirmou que há uma espécie de “enormidade de terras” para os indígenas do Brasil, e que não faria demarcação em sua gestão e poderia diminuir o tamanho das reservas dos indígenas. A fala do presidente, no espaço do jornal, já remete ao velho problema que o indígena

enfrenta no país: a moradia e a falta de apoio do Estado. No formato da matéria, o jornal apresenta argumentos contra e a favor das demarcações.

Na categoria de argumentos a favor, a matéria relata: “Os defensores das demarcações costumam recorrer ao argumento da dívida histórica como uma das justificativas para a criação de áreas destinadas exclusivamente a eles” (GAZETA DO POVO, 2018). A cobrança relatada pelos defensores apontados na matéria da Gazeta do Povo integra a forma como o indígena foi tratado e como foram tirados seus direitos desde a colonização, resultando em extinção de povos.

Branscombe (2003) contextualiza a dívida histórica como a forma que um grupo pode usar de privilégios e vantagens de danos causados a uma minoria, criando assim uma dívida histórica com o grupo dominado. Uma vez que a Gazeta do Povo não trabalhe com o viés político favorável aos grupos que defendem as minorias indígenas, a matéria tem o caráter de mostrar a busca histórica que o jornal fez para realizar um embasamento da vida indígena, com o objetivo de contextualizar as consequências da fala do presidente Jair Bolsonaro, que, na verdade, representa uma afinidade política com os consumidores da Gazeta do Povo. O público de consumo maioritário do jornal é constituído de 46% de leitores entre 35 e 54 anos, 83% de classes A/B, 58% homens e graduados, que representam o perfil de consumo conservador e com inclinações para a direita política, que se identificam com a visão do partido do presidente do Brasil.

Há ainda quem diga que o país terá mais problemas sociais se não houver demarcações de áreas já ocupadas por índios. Indígenas que migram de forma forçada para cidades costumam viver em situação de miséria e enfrentam o drama do alcoolismo (GAZETA DO POVO, 2018).

Existe também uma problemática no último trecho de argumentos favoráveis do artigo. O texto utiliza a visão do problema social causado pela falta das demarcações como algo distante e utópico. Ainda que fosse usado como figura de linguagem para complementação do texto, ignora os registros da situação social dos indígenas, como destaca Quiles (2001), que relata o uso da bebida alcoólica como forma de instrumento de dominação em populações indígenas, levadas ao contato com a bebida quando entram em contato com os costumes da cidade.

Inclusive, a Funasa (2000) apontou, em um estudo, que o Sul é uma das regiões onde o indígena sofre mais a incidência de alcoolismo. O lado contrário das

demarcações já é apresentado de forma rica pela reportagem. “Militares veem isso como uma ameaça à soberania nacional, sobretudo na Amazônia – onde estão concentradas maiores extensões de área destinadas aos índios” (GAZETA DO POVO, 2018).

Há também razões de ordem econômica: o país estaria perdendo oportunidades de exploração agropecuária, mineral e hidrelétrica. O colunista destaca a visão dos militares e, na linha fina do tópico, evidencia que o presidente, de fato, concorda com os argumentos e destaca a fala do presidente, que comparou o fato de o país vizinho ter um descendente indígena como presidente, como a não necessidade de demarcações ou qualquer tipo de atenção especial ao índio brasileiro: “Bolsonaro já deu declaração em que concorda com vários desses argumentos” (GAZETA DO POVO, 2018).

“Sobre o acordo de Paris [acordo climático mundial], nos últimos 20 anos, eu sempre notei uma pressão externa – e que foi acolhida no Brasil – no tocante, por exemplo, a cada vez mais demarcar terra para índio, demarcar terra para reservas ambientais, entre outros acordos que no meu entender foram nocivos para o Brasil. Ninguém quer maltratar o índio. Agora, veja, na Bolívia temos um índio que é presidente [Evo Morales]. Por que no Brasil temos que mantê-los reclusos em reservas, como se fossem animais em zoológicos?”, disse o presidente eleito em 30 de novembro (GAZETA DO POVO, 2018).

O tópico se estende e, inclusive, somam-se mais justificativas contra as demarcações do que a favor, sendo o dobro uma da outra, e reafirmando os interesses de consumo com a produção da matéria.

Parte-se para a matéria ainda no viés político, mas na visão da inserção do indígena na sociedade. A reportagem de Sandra Terena, “Início do protagonismo dos povos indígenas” (GAZETA DO POVO, 2019), entrega um panorama de um início de participação nos holofotes do índio. A matéria inicia com uma narrativa, tendo o cenário de São Paulo e Curitiba. O grande detalhe da matéria é que foi produzida por uma indígena, do povo Terena, o que causa uma quebra de padrão na própria Gazeta do Povo.

Na estrada de terra vermelha que ligava a cidade de Braúna, interior de São Paulo, à aldeia centenária do Icatu, da qual meu avô foi um dos pioneiros, meus pensamentos voavam distante para encontrar maneiras de melhorar a vida do meu povo. Meu pai mudou o destino de nossa família ao trocar o som dos grilos e passarinhos e a tranquilidade da aldeia pelo som dos carros e pela selva de Pedra em Curitiba. Já na cidade, dentro do ônibus a

caminho da faculdade de jornalismo, os mesmos pensamentos eram recorrentes (GAZETA DO POVO, 2019).

Sandra relata sua vida, já de início, e, ao longo do artigo, mostra sua trajetória: formada em jornalismo, pós-graduada em comunicação audiovisual, e atual Secretária Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O que a Gazeta do Povo apresenta neste artigo, com a voz de Sandra, é uma realidade ainda um pouco distante.

O relatório de 2015 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostrou que o ingresso de indígenas em instituições de ensino superior públicas e privadas cresceu 52,5% de 2015 para 2016, representando um número de mais de 49 mil indígenas. Porém, a pauta do jornal não aborda anteriormente esse número. Sandra, exclusivamente, teve uma matéria publicada em janeiro de 2019, intitulada “Quem é Sandra Terena, a 1ª indígena a assumir uma secretaria no governo federal” (GAZETA DO POVO, 2019)”, e que entrega na linha fina o trecho “Curitibana de 37 anos, da etnia Terena, que vai assumir a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, diz que Jair Bolsonaro está dando visibilidade inédita a minorias”.

Nessa mesma matéria, Sandra também cita o presidente Jair Bolsonaro, no trecho: “O presidente Jair Bolsonaro nos deu autonomia para libertar os povos indígenas desta mazela social e ideológica que outrora foi imposta. Os povos indígenas não querem mais viver de doação, querem produzir” (GAZETA DO POVO, 2019). Fica claro o mesmo tópico levantado na matéria “Bolsonaro levantou a discussão: os índios têm muita terra no Brasil?” (GAZETA DO POVO, 2018).

Sandra é curitibana, representa o indígena do Sul, assume uma secretaria de promoção de igualdade racial durante uma gestão de viés político de direita, que não costuma pregar pautas da classe. Em ambas as matérias em que Sandra é protagonista, a Gazeta do Povo bate na tecla da relação da secretária com as declarações do presidente Jair Bolsonaro, como no trecho: “O presidente Bolsonaro falou que há indígenas manipulados por ONGs. Como você entende a questão?” (GAZETA DO POVO, 2019)

Eu concordo com isso. Acho que as minorias no Brasil muitas vezes foram utilizadas como massa de manobra. Eu participei da transição e tenho visto as pessoas preocupadas com quem está lá na ponta, sem intermediários. Ou seja, dar o protagonismo para quem está lá na ponta. Tem ONGs que

fazem um trabalho sério, claro, mas também tem ONGs que utilizam a causa em benefício duvidoso (GAZETA DO POVO, 2019).

Sandra defende o protagonismo do artigo escrito por ela, como forma de liberdade para o indígena lutar com as próprias mãos pelo que seria seu “de direito”. A autora do artigo também utiliza do governo atual para reforçar de forma ideológica que a gestão discorda de ONGs, como citado na matéria sobre o perfil de Sandra. “Este governo não quer intermediários, quer investir direto nas aldeias. E este também é o desejo das lideranças tradicionais” (GAZETA DO POVO, 2018).

“Eles não querem que ninguém mais fale por eles. E nós vamos dar voz aos indígenas. Literalmente dar a vara de pescar. Não queremos falar de problema, mas de solução. Vamos retirar o nosso povo de uma escuridão”(GAZETA DO POVO, 2018). Assim, retorna-se a Freire Filho (2004), que considerava os meios de massa como a forma de legitimar rótulos. O jornal paranaense, seguindo sua premissa de questões éticas, ideológicas e políticas, inclui o indígena em suas páginas da forma citada durante o artigo, que limita o índio ao povo de luta, trabalho, uma vez vítima e uma vez vilão na sociedade. Entregar um espaço de artigo para uma indígena seria um grande passo se não fosse a questão de viés político da secretária, que segue os mesmos caminhos do próprio jornal.

O rótulo, citado por Freire Filho (2004), entra na questão de seguir perpetuando a visão de que o indígena depende de ONGs, que são acusadas de atuar em busca de oportunismo perante o governo, reduzindo o índio ao povo que precisa ter “a vara na mão para ir pescar”, pregando o fim das supostas “regalias do governo”, reforçando, pelo discurso de Sandra, que o indígena não precisa de mais espaço para trabalhar, sem adicionais. O índio continua, dessa forma, sendo marginalizado, excluído, mesmo sendo representado por uma também indígena, que possui um espaço cedido em um meio de comunicação.

4 CONCLUSÕES

O artigo apresentado buscou, por meio de análises do conteúdo do jornal paranaense Gazeta do Povo, compreender o que faz o indígena paranaense ser representado de forma marginalizada, excludente ou estereotipada na produção do jornal, que conseqüentemente é influência de todo o jornalismo paranaense, que segue a Gazeta do Povo como um padrão, uma vez que o jornal tem mais de 100

anos de história, e atualmente faz parte de um dos maiores grupos de comunicação paranaense e de todo o Brasil.

Para apoio da análise, também foi compreendido, na pesquisa, o histórico do indígena paranaense, com a trajetória dos Xetá, Guarani e Kaingang, indígenas que ainda habitam no Paraná. A história da Gazeta do Povo foi explorada no artigo, que também pode explorar os dados de consumo do jornal, que apontou um público-alvo conservador e de elite do Paraná, o que respondeu a diversos questionamentos ao longo do artigo. O etnocentrismo foi abordado durante o artigo, de forma a compreender o histórico cultural do paranaense, que vive da influência europeia, que aborda o meio etnocêntrico também da produção do jornal. O jornalismo de exclusão também foi tema abordado no artigo, que buscou formas de conceituar o que seriam minorias e como a mídia pode enxergar tais grupos. Para a compreensão da linguagem do jornalismo da Gazeta do Povo, foi utilizada a análise do discurso, escrita e leitura.

O tema do artigo consegue atender a uma minoria pouco explorada, principalmente no Paraná, onde os indígenas ainda sofrem preconceito e passam por lutas de território com ruralistas, que são, em contrapartida, a maioria no Estado. Abordar a forma como um jornal de tal relevância, como a Gazeta do Povo, trata o índio, atende ao caráter sociológico, cultural e midiático atual, fazendo uma leitura de público, consumo, e também relevando o perfil do jornalista paranaense atual, que segue padrões de viés político e linha editorial do jornal em que trabalha, mas acaba, muitas vezes, esquecendo de critérios jornalísticos e do papel do chamado “quarto poder” na produção e veiculação da informação. O índio existe, e já é excluído pelo Estado, por que ser excluído pela mídia também?

Ao longo do processo de pesquisa do artigo, foi possível convergir os resultados da análise de público da Gazeta do Povo, com seu caminho político, viés ideológico e a forma como o jornal aborda a questão do índio no Paraná. Em todos os anos de reportagem analisados, há matérias sobre indígenas, porém, nenhuma foge do caráter de que o índio é apresentado como o grupo excluído, que busca e luta por sobrevivência, que depende de programas do governo, ou que vive em conflito com ruralistas que os acusam de invadir suas terras. O jornal esquece de utilizar o indígena como fonte, limitando-se a uma média de um entrevistado que representa o indígena, e três entrevistados do outro lado. Já os artigos que abordam o índio fora de conflito, mostram o povo como cultura escassa, e usam linguagens

que não respeitam a cultura do índio, sustentando o olhar da Gazeta do Povo perante o indígena, e limitando o grupo à visão da sociedade paranaense, que é nada mais do que um espelho de sua mídia.

O artigo objetivou analisar a representação do indígena na Gazeta do Povo, diante das problemáticas apresentadas, como cultura paranaense, sociedade, minorias e público do jornal. Por meio da análise das oito matérias selecionadas, buscou-se apresentar uma amostra da maneira como o jornal constrói a imagem do índio, com o objetivo de agradar ao público que consome o produto de comunicação, e seguir os padrões da elite curitibana, de onde o jornal se originou.

Dentro dos padrões e tempo de análise da proposta do artigo, não foi possível analisar outros jornais paranaenses com matérias originais, de forma que se demonstrasse que a Gazeta do Povo influencia outros jornais com relação à forma ideológica, apresentando então a maneira como o índio também é apresentado nas demais páginas jornalísticas do Estado do Paraná. O espaço também limitou a quantidade de matérias analisadas da Gazeta do Povo, que produziu diversos artigos que abordavam o indígena, porém, da forma que respeitava apenas o viés político do jornal, sem expandir o espaço para o índio paranaense.

Dessa forma, a pesquisa pode evoluir, considerando a análise das matérias da Gazeta do Povo como ponto de partida para analisar outros jornais paranaenses, que também produzem matérias que abordam o indígena e, na mesma sequência de fatos ideológicos e sociológicos, demonstrem a representação social do índio paranaense, de forma que possa desenvolver a problemática de que a Gazeta do Povo é influência também social e ideológica para a mídia paranaense.

REFERÊNCIAS

ABIORANA, K. Cresce o número de estudantes indígenas nas universidades. **FUNAI – Fundação Nacional do Índio**. 28 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4720-cresce-o-numero-de-estudantes-indigenas-nas-universidades>>. Acesso em: 11 set. 2019.

ADAS, M. **Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BARTHES, R. **Mythologies**. Paris: Seuil, 1963 [1956].

BECKER, H. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. Nova Iorque: The Free Press, 1963.

BORGES, R. Mídia e Identidade negra. In: BORGES, R. C.; BORGES, R. **Mídia e racismo**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2012.

BOURDIEU, P. Capital symbolique et classes sociales. **L'Arc**, v. 72, p. 13-19, 1978.

BRANSCOMBE, N. R.; DOOSJE, B.; MCGARTY, C. Antecedents and Consequences of Collective Guilt. In: MACKIE, D. M.; SMITH, E. R. (Orgs.). **From prejudice to intergroup emotions: differentiated reactions to social groups**. New York: Psychology Press, 2003.

CRUZ, L. C. Índios ocupam propriedade e deixam clima tenso em Laranjeiras do Sul. **Gazeta do Povo**. 08 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/indios-ocupam-propriedade-e-deixam-clima-tenso-em-laranjeiras-do-sul-7xsoy7df6xvz8g6gep80346p6/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

FABRINI, J. E. et al. **Conflitos entre Ruralistas, Camponeses e Indígenas no Paraná**. Boletim Data Luta, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente: NERA, 2013.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FREIRE FILHO, J. Mídia, estereótipo e representação das minorias. **ECO-PÓS**, v. 7, n. 2, p. 45-71, 2004.

FUNAI. **Distribuição Espacial da População Indígena**. 2013. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/encarte_censo_indigena_02%20B.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

GAZETA DO POVO. **Tensão entre índios e ruralistas**. 14 mai. 2013. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tensao-entre-indios-e-ruralistas-e9exr2gxl3e3akfyj5ciu26ha/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. **Agricultores pedem revogação de estudo que delimita área indígena no Paraná**. 17 out. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/outras-culturas/agricultores-pedem-revogacao-de-estudo-que-delimita-area-indigena-no-parana-7guwxdmsd8wrcl27ifbbezsom/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

GREGOLIN, M. R. V. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/107724>>. Acesso em: 17 set. 2017.

KOZÁK, Vladimir. **A história dos Xetá**. Curitiba, s.d.

LUCIANO, G. S. **O índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/LACED/Museu Nacional, 2006.

MALUF, A. C. M. **Brincar prazer e aprendizado**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, F. Bolsonaro levantou a discussão: os índios têm muita terra no Brasil? **Gazeta do Povo**. 17 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/bolsonaro-levantou-a-discussao-os-indios-tem-muita-terra-no-brasil-acmyct8fjlpkvc25o4g45e4u/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

MARTINS, R. M. Como a Gazeta do Povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro. **The Intercept**. 09 dez. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>>. Acesso em: 22 ago. 2019.

MATTE, A. C. F.; LARA, G. M. P. Um panorama da semiótica Greimasiana. **Alfa**, São Paulo, v. 53, p. 339-350, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/40704426/UM_PANORAMA_DA_SEMI%C3%93TICA_GREIMASIANA>. Acesso em: 17 set. 2019.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, New York, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MENDES CHAVES, L. G. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista Ciências Sociais**, Fortaleza, 1971.

MENESES, P. Etnocentrismo e Relativismo Cultural: Algumas Reflexões. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 27, n. 88, p. 245, 2000.

MIÈGE, B. **O pensamento comunicacional**. Tradução de Guilherme J. de F. Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOTA, L. T. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. (Orgs.). **Uri e Wãxi**: estudos interdisciplinares dos Kaingang. 1. ed. Londrina: Eduel, 2000.

_____. **História do Paraná: relações socioculturais da pré-história à economia cafeeira**. 21. ed. Maringá: Eduem, 2012.

MUSSALIM, F. Análise do discurso (capítulo revisto e ampliado). In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. v. 2. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOELLI, F. S. **Sem Tekoha não há Teko: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani a uma área de domínio no delta do Jacuí - RS**. Dissertação (Mestrado em História IberoAmericana) – PUC-RS, Porto Alegre, 1993.

_____. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 7-118, 1997.

PERES, A. Índios urbanos tentam manter cultura. **Gazeta do Povo**. 29 abr. 2012. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/indios-urbanos-tentam-manter-cultura-2coblwsrbcg57nkdvmbxhrzv2/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

QUILES, M. Mansidão de fogo – Aspectos etnopsicológicos do comportamento alcoólico entre os Bororo. In: **Anais do Seminário Sobre Alcoolismo e DST/AIDS entre os Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2000.

RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. **Antropologia em Primeira mão**, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~levis/downloads/artigos/NCVDP.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

ROBERTS, D. The nature of communication effects. In: SCHRAMM, W.; ROBERTS, D. F. (Eds.). **The process and effects of mass communication**. Chicago: University of Illinois Press, 1972.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, A. C. **A involução do jornalismo impresso e o jornalismo de região - caso Gazeta do Povo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

SCORTECCI, C. Quem é Sandra Terena, a 1ª indígena a assumir uma secretaria no governo federal. **Gazeta do Povo**. 04 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/quem-e-sandra-terena-a-1-indigena-a-assumir-uma-secretaria-no-governo-federal-4yrhyipy0hwbz0bkcegho1nt/>>. Acesso em: 23 out. 2019.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA LIMA, A. C. Educação superior para indígenas no Brasil - sobre cotas e algo mais. In: BRANDÃO, A. **Cotas raciais no Brasil**: A primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A, LPP/UERJ, 2007.

TERENA, S. Início do protagonismo dos povos indígenas. **Gazeta do Povo**. 19 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/inicio-do-protagonismo-dos-povos-indigenas/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

TODOROV, T. **A Conquista da América**: A Questão do Outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

WALTER, B. M. Índios combatem o preconceito. **Gazeta do Povo**. 11 dez. 2011. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/retratos-parana/indios-combatem-o-preconceito-an5t44qgaqssysig0fmy3o3m6/>>. Acesso em: 14 ago. 2019.